

Ciências da Comunicação 3

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Ciências da Comunicação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências da comunicação 3 [recurso eletrônico] / Organizadora
Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências da Comunicação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-206-7

DOI 10.22533/at.ed.067192503

1. Comunicação – Aspectos políticos. 2. Comunicação de massa.
3. Internet. 4. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu
Torres. II. Série.

CDD 302.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O terceiro volume da obra “Ciências da Comunicação” é composto por 25 artigos que retratam as transformações proporcionadas pela internet e as formas como se estabelecem a comunicação e os relacionamentos no mundo social.

Os autores abordam a interação simbólica na era digital, o uso das plataformas online pelas empresas, o jornalismo impresso frente à internet e os novos fluxos informativos. Os artigos refletem sobre a sociabilidade nas redes sociais, a formação de identidade e a sensação de pertencimento dos usuários. As pesquisas também revelam as mudanças na forma de armazenamento de informações e arquivamento fotográfico, o alcance das mensagens no ambiente online e o uso das novas plataformas digitais pelas organizações.

No segundo núcleo temático, os artigos são voltados à educação, com discussões relevantes sobre as práticas apoiadas em tecnologias digitais de comunicação e informação (TDIC) e a necessária qualificação dos docentes. Os pesquisadores também trazem discussões sobre a utilização das mídias digitais no processo de ensino-aprendizagem e apresentam relatos de experiências educolaborativas.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CRÍTICAS À EPISTEMOLOGIA MODERNA PELO VIÉS DA TEORIA CRÍTICA E DA TEORIA ATOR-REDE	
Tarcísio de Sá Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0671925031	
CAPÍTULO 2	13
ÉTICA E COMUNICAÇÃO DO INDIVÍDUO NA PÓS-MODERNIDADE	
Gabriela Queiroz Melo	
Sandra Maria Rocha de Carvalho	
Diego Frank Marques Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.0671925032	
CAPÍTULO 3	23
GISELA SWETLANA ORTRIWANO E AS CARACTERÍSTICAS DO RÁDIO: REFLEXÕES EM TEMPO DE INTERNET	
Lourival da Cruz Galvão Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0671925033	
CAPÍTULO 4	35
A INTERAÇÃO SIMBÓLICA NA ERA DIGITAL: ENTENDENDO REDES SOCIAIS COM PEIRCE E BLUMER	
Jorge Antonio de Moraes Abrão	
Anderson Vinicius Romanini	
DOI 10.22533/at.ed.0671925034	
CAPÍTULO 5	47
TECNOLOGIA SOCIÁVEL EM RELAÇÕES PÚBLICAS: CASO MAGAZINE LUIZA	
Taisa Sanitá Selis	
DOI 10.22533/at.ed.0671925035	
CAPÍTULO 6	57
O JORNALISMO IMPRESSO FRENTE À INTERNET: IMPLICAÇÕES NA DECODIFICAÇÃO DE UM NOVO GÊNERO	
Mirian Martins da Motta Magalhães	
Fabiana Crispino dos Santos	
Elaine Vidal Oliveira	
Marcio Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.0671925036	
CAPÍTULO 7	70
JORNALISMO E DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS	
Caroline Pignaton	
Ruth Reis	
DOI 10.22533/at.ed.0671925037	
CAPÍTULO 8	81
O JORNALISMO DIANTE DOS NOVOS FLUXOS INFORMATIVOS: PRINCÍPIO EDITORIAS DO GRUPO GLOBO E A GRAMÁTICA DE PRODUÇÃO NOTICIOSA	
Milton Julio Faccin	
DOI 10.22533/at.ed.0671925038	

CAPÍTULO 9	93
OS TELEJORNALISTAS E O APLICATIVO WHATSAPP NA ROTINA PRODUTIVA DAS REDAÇÕES	
Mozarth Dias de Almeida Miranda	
Sérgio Arruda de Moura	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Victor Tomazinho Bartolazzi	
DOI 10.22533/at.ed.0671925039	
CAPÍTULO 10	107
VEM VER O SEMIÁRIDO: A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DE PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS NO CURSO DE JORNALISMO	
Mayara Sousa Ferreira	
Ruthy Manuella de Brito Costa	
Lana Krisna de Carvalho Morais	
DOI 10.22533/at.ed.06719250310	
CAPÍTULO 11	121
REDES SOCIAIS DA INTERNET: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E SOCIABILIDADE	
Catarina Carneiro de Andrade Lima	
Silas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.06719250311	
CAPÍTULO 12	134
MEMÓRIA MÓVEL: ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS NA ERA DIGITAL	
Kety Luzia de Amorim Marinho	
Aline Maria Grego Lins	
DOI 10.22533/at.ed.06719250312	
CAPÍTULO 13	145
DIVERSIDADE DE CORPOS: O CORPO GORDO ATRAVÉS DAS ARTES, REDES SOCIAIS E O MOVIMENTO PLUS SIZE	
Patricia Assuf Nechar	
DOI 10.22533/at.ed.06719250313	
CAPÍTULO 14	158
TRABALHO GRATUITO NAS REDES: OS USUÁRIOS A SERVIÇO DO CAPITAL	
Guilherme Bernardi	
Manoel Dourado Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.06719250314	
CAPÍTULO 15	168
ALCANCE DE POSTS NO TWITTER: EVIDENCIANDO A DIFERENÇA ENTRE AUDIÊNCIA POTENCIAL E IMPRESSÕES DE MENSAGENS A PARTIR DE UM EXPERIMENTO	
Caio Cesar Giannini Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.06719250315	
CAPÍTULO 16	182
O USO DO INSTAGRAM STORIES PELAS ORGANIZAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PERFIS DAS CASAS NOTURNAS MARGOT E SINNERS	
Amanda Paloschi Bueno	
Vanessa Hauser	
DOI 10.22533/at.ed.06719250316	

CAPÍTULO 17	196
MÍDIAS SOCIAIS E CIBERDEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO FACEBOOK DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	
Emanuelle Tronco Bueno Renata Patrícia Corrêa Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.06719250317	
CAPÍTULO 18	208
MÍDIAS SOCIAIS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS E SOCIAIS DA DICIPA PARA A UNIPAMPA	
Franceli Couto Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.06719250318	
CAPÍTULO 19	222
PRÁTICAS APOIADAS EM TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (TDIC) NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PERSPECTIVA EDUCOMUNICATIVA	
Gláucia Silva Bierwagen	
DOI 10.22533/at.ed.06719250319	
CAPÍTULO 20	238
EDUCOMUNICAÇÃO AMBIENTAL: DOCUMENTÁRIO TELEVISIVO COMO FERRAMENTA DE ENSINO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACAPÁ	
Laiza Monik de Oliveira Mangas Beatriz de Paula Moura Ribeiro Paulo Vitor Giraldi Pires	
DOI 10.22533/at.ed.06719250320	
CAPÍTULO 21	250
O ENSINO HÍBRIDO (<i>BLENDED LEARNING</i>) COMO METODOLOGIA NA EDUCAÇÃO ATUAL: O CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO NORTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Ana Elisa Pillon Leila Regina Techio Maria José Baldessar	
DOI 10.22533/at.ed.06719250321	
CAPÍTULO 22	261
FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC): A TRAJETÓRIA DO NACE ESCOLA DO FUTURO – USP E A EXPERIÊNCIA DO ESPAÇO INVENTANDO FUTUROS	
Fabiana Grieco Cabral de Mello Vetritti	
DOI 10.22533/at.ed.06719250322	
CAPÍTULO 23	274
USO DE MÍDIAS SOCIAIS NO ENSINO SUPERIOR	
Geovani Laurindo Filho Ana Maria Ribas	
DOI 10.22533/at.ed.06719250323	

CAPÍTULO 24 290

A GRANDE REPORTAGEM COMO FONTE DE (IN)FORMAÇÃO CRÍTICA: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA “EDUCOLABORATIVA”

Verusa Pinho de Sá
Antenor Rita Gomes

DOI 10.22533/at.ed.06719250324

CAPÍTULO 25 302

DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: UMA VISÃO COMUNICACIONAL

Elen Cristina Gerales
Valquiria de Lima Rodrigues
Helen Rose Lopes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.06719250325

SOBRE A ORGANIZADORA..... 315

O JORNALISMO DIANTE DOS NOVOS FLUXOS INFORMATIVOS: PRINCÍPIO EDITORIAS DO GRUPO GLOBO E A GRAMÁTICA DE PRODUÇÃO NOTICIOSA

Milton Julio Faccin

Universidade Estácio de Sá

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Desde que surgiu nas sociedades democráticas, o jornalismo é conhecido como uma atividade periódica de tornar pública uma informação, produzida mediante um saber próprio de uma comunidade interpretativa, que se coloca como representante dos interesses coletivos e defensora do bem comum. O processo produtivo da notícia estaria pois ancorado em um modelo empresarial hegemônico, mas que entra em crise com a configuração dos novos fluxos informativos digitais. Este texto caracteriza alguns desses fatores que acabam tensionando a prática jornalística contemporânea a buscar outros caminhos, inclusive na maneira de construir suas narrativas, causando uma ruptura no paradigma notícia e nas gramáticas produtivas estabelecidas pelos manuais de redação. Para isso, analisa-se as mutações da gramática de produção do Grupo Globo com base nos seus novos Princípios Editoriais, estabelecidos em 2018.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa jornalística; mídias digitais; rotinas produtivas; Grupo Globo.

ABSTRACT: Since its origins in democratic

societies, journalism is known as a periodic activity of making public information, produced through a knowledge proper to an interpretive community, which stands as a representative of collective interests and defender of the common good. The news production process would therefore be anchored in a hegemonic business model, but that is in crisis with the configuration of the new digital information flows. This paper characterizes some of these factors that stress the contemporary journalistic practice to look for other ways, including in the way of constructing its narratives, causing a rupture in the news paradigm and in the productive grammars established by the writing manuals. For this, we analyze the mutations of the Grupo Globo production grammar based on its new Editorial Principles, established in 2018.

KEYWORDS: journalistic narrative; digital media; productive routines; Grupo Globo.

UM PARADIGMA EM CRISE

Até o início do século 21, o trabalho do jornalista era visto como algo bem segmentado. Jornalista era aquele profissional que trabalhava produzindo apenas notícias para os jornais, rádios e emissoras de televisão – os chamados veículos tradicionais de imprensa. Mas não era para qualquer veículo. Era para aqueles

cujas estruturas empresariais tinham natureza informativa e com boa penetração no mercado. Ser jornalista significava atuar no mercado de trabalho mais ou menos com o mesmo perfil do personagem Clark Kent, repórter profissional do jornal Planeta Diário, da série Superman, que enfrentava qualquer situação para defender os interesses da sociedade.

De alguns anos pra cá, essa condição entra em ruptura e o que antes era um pressuposto agora torna-se um desafio, pois a sociedade passa a contar com outras fontes de informação baseado em novos rituais de sociabilidade. Essa condição encontra ressonância na área acadêmica, com a disjunção do Jornalismo e a Comunicação Social, provocada pelas Novas Diretrizes do Ministério da Educação para a formação profissional. Assim, quando se fala de Jornalismo parece que esse curso não mais contempla a Comunicação Social. Os produtores de conteúdo para organizações empresariais e sociais, os internautas das redes sociais, como os blogueiros e youtubers, os analistas de dados das fake news, por exemplo, ficaram sem referência de formação e aquisição de conhecimentos específicos. Ao menos essa suposta falta de referência ocorre se considerarmos o ponto de vista da percepção da sociedade, dos possíveis candidatos ao curso.

No entanto, enquanto a área da Comunicação Social fragmenta-se nas universidades, no cenário social contemporâneo, pelo contrário, sua prática manifesta-se cada vez mais integrada. Como resultado das novas tecnologias de comunicação e informação, as práticas comunicacionais têm se expandindo a passos largos em diferentes setores da sociedade. Por seu turno, ao pensar o Jornalismo, a universidade brasileira insiste em voltar a sua formação aos modelos hegemônicos do jornalismo, fruto de um saber tradicional, que foi consolidado nos manuais de redação, ao invés de focar em práticas informativas que desafiam e renovam a profissão diariamente e ampliam o horizonte da atuação profissional.

Em uma época em que qualquer cidadão tem acesso às tecnologias de informação e comunicação e que pode virar produtor de conteúdo, tendo condições ele próprio de tirar uma foto, publicar uma informação, ou até mesmo emitir a sua opinião em uma esfera pública de comunicação cada vez mais abrangente e complexa, é preciso identificar como o mercado jornalístico tem adequado sua prática de produção informativa, em especial a maneira como as gramáticas de produção tem se adaptado para continuar seu contrato de comunicação com seu público (Charaudeau, 2012) e ocupando lugar central de mediação do fluxo informativo da sociedade.

Se por um lado há uma disjunção entre formação e prática devido à velocidade das transformações tecnológicas, por outro, pode-se pensar como hipótese que há uma adequação das gramáticas produtivas, especialmente aquelas que regem a construção das narrativas jornalísticas muito em função das funcionalidades imediatas que as novas tecnologias de informação permitem, sem apostar na construção de um novo modelo, capaz de absorver tanto aspectos técnicos disponíveis quanto garantir conquistas históricas que dizem respeito ao lugar de fala do jornalismo nas

sociedades democráticas enquanto representante dos interesses coletivos e mediador fundamental da esfera pública atual.

Algumas iniciativas têm surgido pelos grandes veículos de imprensa, dentre elas a do Grupo Globo, que em junho de 2018 atualizou seus princípios editoriais definidos a primeira vez em 1925, quando o jornal O Globo – um dos veículos do grupo – foi fundado por Irineu Marinho. Reconhecendo o papel da era digital como instrumento de comunicação e expressão dos indivíduos na sociedade, o documento Princípio Editoriais do Grupo Globo destaca que hoje em dia há certa confusão entre o que é ou não jornalismo, quem é ou não jornalista e como se deve ou não proceder quando se tem em mente produzir informação de qualidade. Além disso, entende que essa era obriga a todas as empresas que se dedicam a fazer jornalismo expressem de maneira formal os princípios que seguem cotidianamente.

É uma iniciativa do mercado profissional na tentativa de, por um lado, garantir a exploração da informação noticiosa como negócio empresarial, mas por outro, traçar linhas mestras que possam reger novas gramáticas produtivas no jornalismo. São, ainda, iniciativas isoladas, que não refletem a maturidade de um projeto jornalístico oriundo de uma nova condição, de uma sociedade mediatizada, fruto de um debate reflexivo sobre que jornalismo se quer construir e qual seria o modelo de notícia mais adequado a ser tomado como parâmetro para se construir as narrativas jornalísticas e, a partir daí, sistematizar um saber ainda fragmentado na comunidade interpretativa do jornalismo

NUANCES DA GRAMÁTICA DE PRODUÇÃO NOTICIOSA

Todo noticiário resulta de um trabalho de investimento de sentido, de transformação de dados, falas, impressões, observações, documentos, cruzamento de informações que integram as atividades de investigação e apuração, típicas do ofício jornalístico em um pacote significativo (Verón, 1984), que, grosso modo, denomina-se notícia, ou seja, aquela narrativa publicada pelos veículos de comunicação. Por conseguinte, esse trabalho de investimento é regido por uma gramática de produção. Assim, o fato vira acontecimento (Sodré, 2009), resultado de uma cultura profissional – a dos jornalistas -, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos.

Nesse ponto é que se insere a gramática de produção, formulada por Verón (1984), através das quais cada um dos veículos jornalísticos proporcionam aos produtores (jornalistas, fontes, personagens) a formação de certo padrão de produção discursivo, mas também ao público que, uma vez reconhecida, consome simbolicamente as notícias de forma mais legível e previsível, e imersa no seu contexto sociopolítico e cultural que permite a articulação quase natural dos fatos com a sua visão de mundo.

Isso ocorre porque diariamente, a chamada imprensa de referência - incluindo seus diferentes dispositivos, como é o caso dos sites - coloca à disposição uma

sequência de imagens, palavras e centenas de sinais gráficos sobre um espaço físico em branco, construindo pouco a pouco um sentido ao que é divulgado sob forma de notícia. Assim, através da mobilização de jornalistas, máquinas, normas gerais, rotinas de trabalho, a imprensa oferece aos seus leitores um texto e se apresenta como voz coletiva, como se fosse um sujeito, um “sujeito semiótico” (Rebelo, 2000) que fala por si, mas o fala em nome de outrem, que em tese é a sociedade a qual representaria seus interesses. Significa dizer que as notícias não se produzem no vazio, numa simples lauda em branco, fruto da mera imposição factual do campo social. O fazer jornalístico pressupõe, então, um conjunto de normas, regras, técnicas, rotinas de trabalho, pressões, atores e estruturas.

Cabe destacar que a gramática de produção não são normas gerais, que constituem as “formações discursivas” (Foucault, 1999). Elas são particulares a cada dispositivo jornalístico, capazes de dar forma a um conjunto de informações sobre o cotidiano que, quando enunciadas, constituem a notícia e, conseqüentemente, conferem visibilidade social a organizações, atores, pessoas comuns, ideias, valores, culturas, posicionamentos políticos e demais elementos que constituem a chamada realidade. Pinto (1995, p.6) a gramática de produção como sendo “(...) as cristalizações que conduzem as falas de um diálogo (...) a se estruturam, conforme a finalidade que possuem e a eficácia dos efeitos obtidos”. Assim, o dispositivo jornalístico falaria ao seu público leitor, mas este também falaria àquele a medida em que a gramática produção particular é apropriada.

De modo geral, condição de produção está associada àquilo que a tradição marxista define como sendo “infraestrutura econômica”, responsável pela produção das mercadorias. E a notícia, antes de ser discurso, é uma mercadoria (Medina, 1978). Ou seja, a empresa jornalística representa a infraestrutura econômica que dá o suporte material para a produção das notícias. Enquanto tal, a empresa lhes solicita retorno. Neste sentido, quando trazemos essa mercadoria-notícia para uma análise discursiva ela já vem com esses vínculos.

Atentar para as condições de produção de definem gramáticas particulares permite superar a ideia de que compreender o sentido de um texto (as notícias, no caso deste artigo), o seu poder de representação e intervenção na esfera pública, não está exclusivamente no conteúdo por ele manifesto. Verón (1981, p.173) ensina que “(...) é impossível conceber qualquer fenômeno de sentido à margem do trabalho significante de uma cultura, seja ela qual for e, por conseguinte, fora de uma sociedade determinada”. Então, compreender o sentido de um texto é entender como se dá sua produção e seu consumo (simbólico), a partir de uma gramática específica.

A gramática seria, pois, a operacionalização concreta das condições de produção dos discursos jornalísticos, visto que, para Fausto Neto (1991, p.35), “(...) os processos de linguagem não são apenas suportes a serviço da vontade do sujeito, mas ‘campos de forças’, ‘ambiente tencionado’, lugar exclusivo de onde se pode construir o real”. Isso nos leva a concluir como hipótese que o jornalismo não pode ser tomado como

lugar de acolhimento dos ruídos da sociedade, como instância de representação, mas como lugar de produção destes ruídos, de construção da realidade. E mais. Embora os fatos sociais correspondam a um “índice do real” como nos sugere Rodrigues (1990, p.10), eles apenas se constituem “no” e “pelo” regime de discursividade próprio de cada dispositivo jornalístico.

Nesse sentido, as pistas dadas por Fausto Neto (1994, p. 85) são interessantes para se pensar o poder do jornalismo, porque englobam o conjunto de normas, técnicas e regras que regem a produção discursiva das notícias. Tal conjunto pode ser composto pelas “vozes” internas do próprio discurso jornalístico, que mobilizam regras de vários campos (convenções gráficas, procedimentos profissionais, estilo, metodologias de reportagens), para então construir o cenário discursivo a partir de dados da realidade.

Significa dizer que a produção da notícia é também condicionada por um conjunto de regras, normas, técnicas e poderes específicos do campo jornalístico, capaz de operar a própria construção dos sistemas de representação, e estabelecido na fase produtiva das notícias. Nesse ponto, Sodré (2012; p.27) atenta para a falsa ilusão de que os jornalistas gozam de total autonomia para desempenharem o seu trabalho. Para ele, “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado (sublinhado acrescentado)”.

Tais considerações colocam em evidência um outro ator nesse processo de produção das notícias: o receptor, público leitor em potencial. Para Fausto Neto (1994, p. 210), o receptor consome um volume de informações mediante a sua “inteligibilidade” sobre a noção de atualidade, que é forjada pelos emissores no interior do próprio campo jornalístico. Assim, sepulta-se a ideia de que o receptor é permanentemente vítima do processo de comunicação. Isto é, em termos de expectativa do jornalista produtor das notícias, haveria uma aposta na manutenção de um contrato não explícito para manter o vínculo emissor-receptor, que é dado pela existência da gramática de produção. Haveria, então, a aproximação do dispositivo jornalístico ao campo da recepção, já que as condições de produção mobilizariam certos mecanismos já criados de maneira particular, levando-se em conta a proposta de recepção desejada.

DESAFIOS DO JORNALISMO NA ERA DIGITAL

Diversas pesquisas já foram realizadas para demonstrar que a sociedade organizada, mas também o cidadão comum, já não se contentam mais em apenas consumir as notícias ou navegar pela rede, como usuários receptores. Eles também se transformam em autores, empreendedores, impulsionadores de fluxos informativos, que fogem do controle jornalístico. E mais ainda, no âmbito da competência jornalística, eles viraram cocriadores, coautores e coconstrutores da mensagem jornalística. Na

condição de internautas, o usuário das redes sociais direciona mensagens, posta fotografias e vídeos em sites e pode comentar diferentes assuntos sobre os quais testemunhou. Pelo entendimento de Ramonet (2012, p.22), estas pessoas viraram web-atores: “(...) na frente da sua tela (de computador, de telefone, ou de plamtop), o internauta domina os recursos da web 2.0 não se julga inferior ao jornalista profissional”. Este disputa, agora, com os internautas de plantão o seu status até então privilegiado.

Desse modo, as novas tecnologias de comunicação e informação favoreceram tanto a criação de novas formas de organização social, quanto à visibilidade dos ideais dos atores sociais na esfera pública. Através de recursos como bate-papo, correio eletrônico, listas de discussão, fóruns e outros, os atores sociais, além dos temas das suas individualidades, expõem agora suas opiniões e reivindicações ao conhecimento dos produtores dos portais, dos jornais online, dos diversos sites, das comunidades de pertencimento e em especial ao conhecimento da sociedade como um todo.

Ramonet (2012, p.28) avalia que a população mundial está diante de uma grande mudança em termos de produção informativa. Para ele, a sociedade está abandonando um “sistema mídia-cêntrico” e construindo um “sistema eu-cêntrico”, em que cada internauta possuiria o “(...) poder de comunicar sons, textos, imagens, de trocar informações, de redistribuí-las, de mistura-las a diversos documentos, de realizar suas próprias fotos, ou vídeos e de coloca-los na rede, onde massa de pessoas vão vê-las, e, por sua vez, participar, discutir, contribuir, fazer circular.” É nesse cenário que afloram as fissuras na capacidade de visibilidade dos espaços ocupados pelos discursos jornalísticos e provocam uma redefinição da gramática de produção das notícias para continuarem sendo o principal dispositivo de mediação social (Maurice Mouillaud, 1997). Isso porque vislumbra-se certo esvaziamento da prática profissional enquanto instância privilegiada de visibilidade social e debate público. Ramonet (2012) organiza várias situações e dados estatísticos que revelam esta crise. Desde a descrição da passagem daquilo que denomina “massa de mídia” para a “mídia de massa”, até a crise mercadológica das empresas jornalísticas.

Para Rodrigues (1990, p.31), a constituição do espaço público moderno está ligada ao processo de urbanização acontecido a partir do século XVIII, que desencadeou uma radical transformação espacial nos padrões civilizatórios, rompendo com o modelo das sociedades tradicionais, que até então, possuíam seus espaços sociais como lugares não radicalmente diferenciados, nos quais prevaleciam somente as distinções entre o “nós”, definidos pela pertença a uma comunidade espaço-cultural, e o “eles”, os outros, que não possuíam nomes, nem identidades definidas.

Fausto Neto (2000) atribui à dimensão comunicativa do jornalismo a uma feição central para as instituições existentes no atual momento histórico, servindo de “arma”, através da qual se travam batalhas e se disputam poderes, políticas, verdades. Para ele, a emergência dos novos processos de mediação entre as instituições sociais e as estruturas receptoras de informação faz com que se proceda a um desaparecimento e/

ou deslocamento de antigos métodos, por meio dos quais a luta pela questão da verdade poderia ser produzida e/ou disponibilizada. Isso leva-nos a pensar que são justamente esses fatores que fazem com que o jornalismo esteja em constante negociação com as forças da sociedade, organizada ou não, para se apropriar dos seus regimes privados de comunicação e adaptar sua gramática de produção noticiosa.

Essas negociações resultam em novos produtos jornalísticos, criados em diferentes plataformas, bem como se evidenciam novos atores na produção noticiosa. O levantamento preliminar do nosso objeto empírico – o site G1, do Grupo Globo, permite identificar alguns novos espaços dedicados a trabalhar a informação de uma maneira diferente da gramática de produção baseada no modelo tradicional de notícia. Um desses espaços são os dedicados a analisar a própria prática jornalística, que surge com a missão de discutir, apoiar e fortalecer o jornalismo, geralmente pelos os profissionais de imprensa que acompanham os bastidores. Outro espaço que tem ganhado terreno é o trabalho de clipping da produção jornalística, que permite realinhar as narrativas midiáticas em busca de um sentido inserido em um processo histórico. Um terceiro que se destaca são aqueles espaços na versão de mídia independente ou na versão de modelos empresariais consagrados de responsabilidade de profissionais que já passaram pela mídia tradicional, mas que estão hospedados nos grandes portais de imprensa.

No que diz respeito às formas narrativas do jornalismo, aos poucos começa a ser incorporado nas gramáticas produtivas a diferenciação entre texto e hipertexto, este surge com o *World Wide Web* (WWW), que contém elementos de intertextualidade, velocidade, precisão, dinamismo, interatividade, acessibilidade, estrutura em rede, transitoriedade e organização multilinear. O uso do hipertexto permite o acréscimo de informações extras no texto que contextualizam a informação principal. Há que se considerar, também, que as gramáticas devem se adequar à natureza das ferramentas multimídias disponíveis para a produção das notícias. Narrar para o Twitter é diferente de narrar para o Facebook, ou para site e assim por diante. A forma como a narrativa é construída altera-se dependendo da ferramenta adotada, bem como altera a forma como a mensagem é construída. Não se trata apenas de uma alteração do número de caracteres utilizados, mas de um ajuste de foco que aquela informação tem. Nesse caso, trabalha-se com recursos de palavras-chave, que otimizam o texto para os buscadores, grafadas em negrito ou em itálico para destacá-las no texto e permitir ao leitor encontrar aquilo que o jornalista considera importante ser encontrado. Outros recursos que também estão sendo utilizados nas narrativas são as tags, meta tags, open graph, vídeos, gráficos interativos, iconografias, que se tornaram grandes triunfos para aumentar a compreensão da informação. Por fim, há que se considerar que os equipamentos tecnológicos são variados e esse conteúdo pode ser acessado por qualquer um deles, por isso outro desafio para as rotinas produtivas da notícia é a adequação das suas narrativas aos desktop, móbil ou responsivo, inclusive considerando a velocidade de carregamento e as interações, comentários e redes

sociais, que permitirão o contato com os leitores, mas também o seu compartilhamento.

MEIOS DIGITAIS E AS NOVAS GRAMÁTICAS

Quando se trata de gramática de produção jornalística é preciso superar, inicialmente, a ideia de que os dispositivos jornalísticos exercem um monopólio em termos de produção de notícia e, conseqüentemente, em criação de consensos a medida em que apontam a realidade. Ao contrário, pelas características das condições de produção atual, a discussão do monopólio da geração de conteúdo torna-se ainda mais complexa do que o simples argumento de quem tem a posse do veículo teria o domínio sobre o conteúdo.

Primeiro, há que se considerar que os novos fluxos informativos da sociedade digital possibilitaram a qualquer pessoa, comunidade, grupo ou tribo cultural criar e desenvolver seus próprios dispositivos de comunicação, como um site, por exemplo, para utilizá-lo como mecanismo de propagação dos seus interesses. Essa capacidade que a tecnologia digital trouxe para a sociedade permitiu que outros atores ocupassem a cena pública e ganhasse projeção e visibilidade social. Ao comentar sobre essa nova condição, a reconfiguração do lugar público, capaz de “(...) despotencializar o centralismo burocrático da maioria das instituições, potencializando a criatividade social no desenho da participação cidadã”. Castells (2012, p.10), por seu turno avalia essa condição permitiu aos atores sociais terem a capacidade de “(...) desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses”.

Em segundo lugar, é preciso considerar que essa nova condição impôs a adequação das gramáticas produtivas das notícias, já que a partir de agora qualquer pessoa está em condições de produzir e distribuir conteúdo, tornando o processo mais flexível e compartilhado, tanto para a imprensa de referência (com base no mercado) quanto para a mídia alternativa, que em muitos casos utilizam o meio digital para propagar suas ideias contra o poder dominante vigente.

Para observarmos os parâmetros das novas gramáticas produtivas das notícias, tomemos como exemplo o Grupo Globo, fundado em 29 de julho de 1925, através da criação do jornal diário *O Globo*, por Irineu Marinho, proprietário do jornal carioca *A Noite*, com sede no Rio de Janeiro. Esse grupo possui veículos que estão entre os de maior cobertura entre aqueles os demais grupos no mercado brasileiro. Segundo dados da área comercial do Grupo Globo (Globo, 2016), seus veículos cobrem 98,38% municípios do Brasil, o que representa 5.480 municípios. Trata-se de um grupo de comunicação que frequentemente sofre acusações de monopólio e uso da notícia de forma ideológica, principalmente oriundas dos movimentos sociais, por não se sentirem representados (Santos e Capparelli, 2005, p. 6).

Na virada do século, no ano 2000, o grupo lançou o portal Globo.com, mas foi em

2006 que o Grupo ergue os pilares para estruturar seus objetivos e ao criar o portal de notícias G1 (Memória Roberto Marinho, 2016). Esse portal contempla: esporte, vídeos, entretenimento e notícias. Em 11 de junho 2010, entram em operação as versões em inglês e espanhol. O portal é mantido pelo

É nesse contexto organizacional que se forja a gramática de produção dos veículos do Grupo, que encontra novas adequações após a divulgação dos Princípios Editoriais do Grupo Globo, em 1 de julho de 2018, através de fato noticioso divulgados nos diferentes veículos do grupo, mas também em outras empresas, como no Portal UOL, do Grupo Folha. Assinado pelo presidente do Conselho Editoria do Grupo Globo, João Roberto Marinho, o documento é antecedido por uma contextualização da atualização dos princípios que norteiam a prática jornalística, com destaque à necessidade de estabelecer certas restrições impostas pelas redes sociais. Ele está dividido em três seções, que se seguem ao preâmbulo que traça uma breve definição do jornalismo. A primeira seção versa sobre os atributos da informação de qualidade, que integra normas de isenção, correção e agilidade. A segunda seção, estabelece como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas, do veículo para o qual trabalha e das redes sociais. Por fim, a terceira seção estabelece os valores cuja defesa seria, segundo o documento, um imperativo do jornalismo.

O Grupo Globo adota a noção de jornalismo como aquele que se consubstancia no “conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. O jornalismo seria, então, aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos os fenômenos sociais, políticos e culturais, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, segundo o documento, “uma forma de apreensão da realidade” e não apenas a busca pela verdade dos fatos. Um conhecimento que, segundo o documento, será constantemente aprofundado, primeiro pelo próprio jornalismo, em reportagens analíticas de maior fôlego, e, depois, pelas ciências sociais, em especial pela História.

Em outro trecho, o documento define que a prática jornalística ocorre em todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. Mas chama a atenção para o fato de que “um jornal impresso, uma revista, um telejornal, um noticiário de rádio e um site noticioso na internet podem ter diversas seções e abrigam muitos gêneros: o noticiário propriamente dito, os editoriais com a opinião do veículo, análises de especialistas, artigos opinativos de colaboradores, cronistas, críticos”. Nesse sentido, em outro ponto, o documento destaca a agilidade, quando destaca: “a notícia tem pressa”. E é por essa razão que estabelece princípios como “ter sempre como prioridade investir em tecnologia capaz de dar celeridade ao trabalho jornalístico e à sua difusão”. Por esta razão, determina que a maquinaria, equipamentos, softwares e meios de transporte estejam sempre atualizados.

Sobre o ponto das redes sociais, destaca-se no documento a relação com o público, pois irá determinar as formas narrativas que serão adotadas pelos diferentes veículos do grupo. Assim, o documento estabelece: “cada veículo tem um público-

alvo e deve agir de acordo com as características dele, adaptando a elas pauta, linguagem e formato”. Nesse caso, orienta o documento, “a linguagem e o formato não devem ser rebuscados a ponto de afastar os menos letrados nem simplórios a ponto de afastar os mais instruídos”. Diferentemente do público, O documento destaca que a participação de jornalistas do Grupo em plataformas da internet como blogs pessoais e sites colaborativos deve levar em conta estes pressupostos: “notícias por eles apuradas devem ser divulgadas primeiramente pelos veículos para os quais trabalham; procedimentos internos, projetos, ideias, planos para o futuro ou quaisquer outras informações relativas ao dia a dia das redações não devem ser divulgados, sob pena de tornar vulnerável o veículo em que trabalham em relação a seus concorrentes”.

Diante das redes sociais, o Grupo Globo considera que toda rede social é potencialmente pública, mas demonstra preocupação com vazamento de informações que podem comprometer a isenção dos veículos do grupo. Isso porque a atividade pública do jornalista está relacionada ao veículo para o qual trabalha e, se tal atividade manchar a sua reputação de isenção manchará também a reputação do veículo. O documento acrescenta a isso, o compartilhamento de mensagens que revelem posicionamentos políticos, partidários ou ideológicos, mesmo em tais grupos das redes sociais.

Sobre as informações de primeira mão que o repórter poderia ter beneficiado pelas redes sociais, o documento estabelece que os jornalistas devem sempre priorizar os seus veículos na divulgação de notícias, somente, então, poderão disponibilizar as notícias nas redes sociais, mas seguindo regras: “as notícias devem ser brevemente resumidas e acompanhadas de um link que permita ao leitor ler a sua íntegra no veículo que a publicou. Quando a notícia não dispuser de um link específico, é obrigatória a publicação de um link do veículo para o qual trabalha, com a especificação da editoria, para que o leitor possa buscar mais informações.

Os comentários dos leitores diante das matérias publicadas devem ser respondidos, caso sejam para esclarecer dúvidas e comentar críticas, o mesmo não cabe aos comentários considerados ofensivos. Da mesma forma, o documento limita a crítica de jornalistas a seus colegas nas redes sociais, nem mesmo as chefias não devem usar as redes sociais para elogiar os próprios veículos ou criticar concorrentes.

EM CONCLUSÃO

Pela gramática de produção das notícias do Grupo Globo, é possível perceber que as narrativas jornalísticas ainda carecem de novos saberes que consigam aglutinar os recursos particularizados que se tem adotado no jornalismo, diante das novas ferramentas multimídias que surgem a cada momento. As empresas jornalísticas aos poucos têm tentado encontrar seu caminho no sentido de sistematizar procedimentos e condutas unificados em normas ou manuais, mas que ainda não conseguem dar

conta da complexidade das novas linguagens e dos novos regimes de sociabilidade e comunicação da sociedade atual. Ao atualizar seus princípios editoriais, o Grupo Globo incorpora a realidade das mídias digitais, mas deixa no vácuo a definição de diretrizes que permitiriam compreender de forma mais clara o relato do trabalho jornalístico, quando põe ênfase na postura do profissional diante das redes sociais.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

FAUSTO NETO, A. **Mortes em derrapagens**: Os casos Corona e Cazuzo no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FAUSTO NETO, A. **O telespectador-postal**: estratégias de reconhecimento da TV Escola. In: FAUSTO NETO, A. et al. (org). *Mídia e processos socioculturais*. São Leopoldo: EDIPUCRS, 2000. p. 79-99.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5 ed. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

GLOBO.COM. Disponível: <http://comercial2.redeglobo.com.br/atlasdecobertura/Paginas/Totalizador.aspx>, acesso em 9 Mai 2016.

GLOBO.COM. Disponível: <http://anuncie.globo.com/redeglobo/clipping/noticia/2013/11/globo-cria-departamento-comercial-digital.html>, acesso em 17 set 2015.

IMBERT, G. **Sujeto y espacio público en el discurso periodístico de latransición**: hacia una socio-semiótica de los discursos sociales. In: GALLARDO, M. A. Garrido (Ed.). *Semiótica: lenguajes y textos hispánicos*. Madrid: CSIC, 1984.

MEDINA, C. **Notícia, um produto a venda**: Jornalismo na Sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MEMÓRIA ROBERTO MARINHO. Disponível: <http://www.robertomarinho.com.br/obra/tv-globo.html>, acesso em: acesso em 28 mar 2016.

MOUILLAUD, M. **O Jornal**. Da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**: Introdução à análise de discurso. 2a edição. São Paulo: Hacker editores, 1999.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**: das mídias de massa à massa de mídia. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

REBELO, J. **O Discurso do jornal**: o como é o porquê. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da Comunicação**. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis, Vozes, 2009. SODRÉ.

VERON, E. **Quand lire, c'est faire**: l'énonciation dans le discours de la presse écrite. Sémiotique II. Institut de Recherches e d'ÉtudesPublicitaires, 1984.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-206-7

